



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 864/11

Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales, com sede no Município de Moreira Sales e foro no Município de Goioerê.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales, com sede no Município de Moreira Sales e foro no Município de Goioerê.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012.

ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 307/12

Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Leitão no Forno - Recheado com Pinhão.

Art. 1º Fica incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Leitão no Forno - Recheado com Pinhão, realizada anualmente na semana do dia 28 de junho, durante as comemorações da emancipação político-administrativa do Município de Clevelândia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.

ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 473/12

Declara de Utilidade Pública a Associação Kara
Te Vida, com sede e foro no Município de
Apucarana.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação
Kara Te Vida, com sede e foro no Município de Apucarana.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão ou do presidente, feita com uma caneta escura.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi, feita com uma caneta escura.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do relator, feita com uma caneta escura.

RELATOR

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão ou do presidente, feita com uma caneta escura.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 548/12

Regulamenta a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, nos termos do art. 172, I e VIII, c/c 174 e 178, e da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, conforme específica e adota outras providências.

Art. 1º As gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, de caráter transitório, nos termos dos arts. 172, I e VIII, 174 e 178, da Lei nº 6.174/1970, serão concedidas a servidores efetivos do Tribunal de Contas, nos termos desta Lei.

§ 1º As gratificações previstas no *caput* não constituirão base para incidência de contribuição previdenciária e não poderão ser cumulativas com os encargos especiais de cargo em comissão e com outras funções gratificadas.

§ 2º Constitui condição para a concessão das gratificações, o exercício da carga horária mínima de 8 (oito) horas diárias de produtividade e a comprovação da aferição do cumprimento de objetivos ou atividades pelo gestor da unidade a que o servidor estiver subordinado.

Art. 2º A gratificação de função, nas quantidades e nos valores indicados na Tabela 1, do Anexo VI, serão atribuídas pelo Presidente do Tribunal, por portaria, em razão do exercício de atribuições técnicas compatíveis com as do respectivo cargo efetivo, contemplando as seguintes funções:

I – adjunto, compreendendo as atribuições de assessoramento ao Diretor, além das atribuições técnicas inerentes ao cargo e desempenhadas na unidade, e a respectiva substituição nos afastamentos eventuais e nos casos previstos nos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/1970;

II – coordenador de fiscalização, compreendendo as atribuições de assessoramento ao Inspetor, além da supervisão técnica das equipes de fiscalização e a respectiva substituição nos afastamentos eventuais e nos casos previstos nos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/1970;

III – coordenador de gabinete, compreendendo as atividades técnicas e de administração relativas ao controle de produtividade para o atingimento das metas institucionais dos Conselheiros e Auditores;

IV – gerente de unidade, compreendendo as atividades técnicas e de administração de um determinado setor ou área da unidade.

Parágrafo único. Será atribuída ao Pregoeiro a gratificação de função prevista no inciso IV.

Art. 3º A gratificação pelo exercício de encargos especiais, nos termos da Tabela 2, do Anexo VI, será concedida por portaria do Presidente, a servidor pelo desempenho das seguintes atribuições:

I – aos integrantes dos núcleos das unidades responsáveis por definir os requisitos para o desenvolvimento dos sistemas informatizados específicos de fiscalização e respectivos testes e homologações, bem como suporte aos jurisdicionados, sendo a gratificação limitada ao máximo de 6 (seis) servidores por unidade;

II – aos servidores das carreiras de analista e de técnico de controle, das áreas de segurança e de infraestrutura de Tecnologia da Informação, pela realização de plantão na área de informática, exclusivamente no período noturno, após as 18 (dezoito) horas, durante os finais de semana, feriados e recessos, limitado ao máximo de 4 (quatro) servidores;

III – aos servidores no desempenho de eventuais necessidades especiais de trabalho, nos seguintes casos:

a) em razão de passivos ou outras demandas, mediante a devida quantificação dos trabalhos, por unidade, projeto e servidor, prazo de início e término, em período não superior a 6 (seis) meses;

b) em razão da realização dos trabalhos de auditoria operacional, de programas co-financiados com recursos externos e as especiais, assim consideradas pela extensão e complexidade dos trabalhos, em período não superior a 4 (quatro) meses;

c) pela participação na equipe de trabalho designada para auxiliar o relator das Contas do Governador, conforme previsto em Resolução do Tribunal, em período não superior a 6 (seis) meses.

§ 1º Será concedida ao gerente de programa, a gratificação de adjunto, prevista no inciso I, do art. 2º, mediante a constituição do programa por portaria, com objetivo e duração previamente estabelecidos.

§ 2º Será concedida ao gerente de projeto institucional, a gratificação de gerente, prevista no inciso IV, do art. 2º, mediante a constituição do projeto por portaria, com objetivo e duração previamente estabelecidos.

§ 3º Será concedida ao coordenador da equipe das contas de governo, conforme estabelecido em Resolução, a gratificação de gerente, prevista no inciso IV, do art. 2º, mediante designação por portaria, por no máximo 10 (dez) meses, de acordo com o escopo e cronograma fixados.

§ 4º Será concedida aos coordenadores das equipes de auditoria operacional, de auditoria de programas co-financiados com recursos externos e das auditorias especiais, a gratificação de gerente, prevista no inciso IV, do art. 2º, mediante a designação por portaria, por no máximo 4 (quatro) meses, de acordo com o escopo e cronograma fixados.

§ 5º Será concedida ao gerente de projeto operacional, caso comprovada a necessidade especial de jornada de trabalho, encargos especiais previstos no inciso I, do art. 3º, mediante a constituição do projeto por portaria, com objetivo e duração previamente estabelecidos.

§ 6º Durante os períodos de férias e demais afastamentos legais, não serão devidos os encargos de que tratam o art. 3º, II e III, bem como não incidirão sobre o terço de férias e o 13º salário.

§ 7º A gestão de programas e projetos, institucional e operacional, será regulamentada por Resolução.

Art. 4º A forma de aferição do cumprimento de objetivos ou atividades e de carga horária será regulamentada em Resolução.

Art. 5º Quando ocorrer substituição de ocupantes de cargos de direção, assim entendidos os cargos de diretor, inspetor, coordenador geral, controlador interno, ouvidor de contas e secretário de sessão, deverá ser observado o disposto nos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/1970.

Art. 6º Fica instituída a gratificação por hora-aula, conforme Anexo VII, nos termos dos arts. 172, VI c/c 179 da Lei nº 6.174/1970, ao servidor efetivo que atuar em eventos inseridos no Programa Anual de Capacitação da Escola de Gestão Pública, como facilitador da aprendizagem, na qualidade de palestrante, moderador, instrutor, tutor, orientador, coordenador técnico ou pedagógico, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as atribuições do cargo.

§ 1º As horas-aula não poderão exceder a 4 (quatro) horas por turno.

§ 2º A gratificação será calculada em horas não excedentes a 120 (cento e vinte) horas de atividade anual, por servidor.

§ 3º A gratificação de que trata este artigo não constituirá base para a incidência de contribuição previdenciária e não incidirá sobre férias e 13º salário.

§ 4º A concessão de gratificação por hora-aula será regulamentada por Resolução.

Art. 7º O art. 3º, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com acrescido do seguinte inciso:

*Art. 3º

XIII – Avaliação de desempenho – verificação sistemática do desempenho do servidor, levando-se em consideração as metas e resultados a serem alcançados, bem como outros critérios estipulados em Resolução específica, a qual propiciará a progressão funcional do servidor entre as referências e os níveis da carreira.”

Art. 8º O art. 4º, II da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 4º

II – vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, fixados segundo a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos e na mensuração das metas estabelecidas para a avaliação de desempenho.”

Art. 9º O art. 6º, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 6º A estruturação do plano com a organização em cargos, níveis e referências está definida nos Anexos I, II e III desta lei, que contêm as seguintes informações:

I - Anexo I: número de cargos de provimento efetivo, por carreira, antes e após a publicação desta lei, assim como a amplitude de suas carreiras;

II - Anexo II: nomenclatura e quantitativo de cargos de provimento em comissão anterior à vigência desta lei e a nova composição;

III - Anexo III: tabela de pontuação para efeitos de obtenção da progressão funcional entre níveis salariais, nos termos do art. 22."

Art. 10. O art. 8º, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º

I – Cargo de Analista de Controle nas áreas: Jurídica, Contábil, Econômica, Administrativa, Atuarial, Engenharia, Estatística, Arquitetura, Ciência Política, Informática, Médica, Odontológica, Comunicação Social, Assistência Social, Biblioteconomia, Psicologia, Arquivista, Comunicação Visual, *Design* Gráfico e Pedagogia.

...

§ "3º Os analistas de controle originários do cargo de revisor assistente permanecerão na área de revisão até a respectiva vacância do cargo."

Art. 11. O art. 10, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. É atribuição do cargo de Analista de Controle desenvolver atividades de planejamento, coordenação e execução relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação e aplicação de recursos do Estado e dos Municípios, bem como da administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade, em seus aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional, abrangendo, ainda, o desempenho de atividades de suporte técnico e administrativo de nível superior."

Art. 12. O art. 17, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17.

§ 1º Caso o servidor não obtenha pontuação mínima na avaliação de desempenho, para fins de progressão por merecimento e antiguidade entre níveis e referências, após o resultado final da avaliação, a Comissão de Avaliação de Desempenho encaminhará o processo de avaliação à Diretoria de Gestão de Pessoas para identificação das causas determinantes da avaliação insuficiente.

§ “2º Caso sejam identificadas causas não relacionadas a problemas de saúde, o processo será encaminhado ao Presidente do Tribunal com proposta de abertura de processo administrativo.”

Art. 13. O art. 18, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.

I – sem estabilidade;

§ 2º Para efeitos de progressão na carreira será computado o período aquisitivo da estabilidade, prevista no art. 41, da Constituição Federal.”

Art. 14. O art. 22, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. A progressão funcional, da última referência de um nível para a inicial do subsequente, será efetivada mediante a obtenção cumulativa de aprovação na avaliação de desempenho e a pontuação, nos termos do Anexo III:

§ 1º A avaliação de desempenho e as atividades desenvolvidas serão efetivadas pela Comissão de Avaliação e Desempenho com o auxílio da Diretoria de Gestão de Pessoas.

§ 2º Os cursos de graduação e pós-graduação, nas áreas descritas no art. 8º, I, deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Educação.”

Art. 15. O art. 26, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. Ao servidor designado por portaria da Presidência, será concedida a gratificação pelo exercício de encargos especiais, conforme regulamentado em lei específica.”

Art. 16. O art. 28, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. A cessão de servidores à disposição de outros órgãos ou entidades da Administração Pública do Paraná, de outros Estados, da União, de Municípios ou de organismos internacionais, mediante acordo de cooperação técnica, dar-se-á sem ônus para o Tribunal de Contas do Paraná, mediante ressarcimento.”

Art. 17. A Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 12-A. O Tribunal de Contas especificará em Resolução, as atividades pertinentes aos cargos e áreas, conforme arts. 8º, I, 10, 11 e 12.”

Art. 18. O servidor a que se refere o § 2º, do art. 15, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, com tempo de carreira superior ao mínimo exigido para o nível e

referência em que se encontre, nos termos da Tabela de Temporalidade, constante do Anexo V, será enquadrado de acordo com o tempo de serviço na carreira, apurado em 31 de dezembro de 2012 ou na data da aposentadoria, no caso de servidor inativo.

§ 1º O enquadramento será efetivado até 30 de março de 2013.

§ 2º Para efeito do cômputo de carreira do servidor será considerado o tempo efetivamente exercido em carreira de mesmo nível de escolaridade e que tenha cumprido os requisitos previstos no art. 17, da Lei nº 15.854/2008.

Art. 19. Ficam transformados 6 (seis) cargos de Coordenador, simbologia DAS-3, em 6 (seis) cargos de Diretor, simbologia DAS-2; 1 (um) cargo de Assessor Técnico da Diretoria Geral, simbologia DAS-2, em 1 (um) cargo de Secretário do Tribunal Pleno, simbologia DAS-2; 1 (um) cargo de Assessor de Gabinete da Auditoria, simbologia DAS-5, em 1 (um) cargo de Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor, simbologia DAS-5; 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete da Auditoria, simbologia 1-C, em 1 (um) cargo de Assistente de Gabinete da Presidência, simbologia 1-C; e 1 (um) cargo de Assessor Administrativo da Procuradoria Geral, simbologia DAS-3, em 1 (um) cargo de Secretário Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, simbologia DAS-2; conforme contido no Anexo II.

Art. 20. Ficam criados 1 (um) cargo de Ouvidor de Contas, simbologia DAS-5, 4 (quatro) cargos de Diretor, simbologia DAS-2, 7 (sete) cargos de Assessor Administrativo de Conselheiro, simbologia DAS-3, 8 (oito) cargos de Assistente Jurídico do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, simbologia DAS-5, 1 (um) cargo de Assessor Técnico de Comunicação, simbologia DAS-3, 6 (seis) cargos de Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor, simbologia DAS-5, 7 (sete) cargos de Assessor de Gabinete de Conselheiro, simbologia DAS-5, 6 (seis) cargos de Assessor Técnico da Inspeção de Controle Externo, simbologia DAS-5, e 1 (um) cargo de Chefe de Cerimonial, simbologia DAS-5, conforme descritos no Anexo II.

Art. 21. Fica extinto 1 (um) cargo de Auxiliar de Gabinete da Auditoria, 2-C.

Art. 22. Ficam criados 40 (quarenta) cargos efetivos de Analista de Controle, conforme descrito no Anexo I, os quais serão preenchidos mediante a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, da Constituição Federal e o art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000.

Art. 23. Os cargos de Técnico de Controle e de Auxiliar de Controle serão extintos na medida em que vagarem.

Parágrafo único. Os cargos em extinção do quadro de cargos e carreiras do Tribunal de Contas serão transformados em cargos de Analista de Controle, na medida em que vagarem.

Art. 24. A ajuda de custo de que tratam os arts. 182 a 188, da Lei nº 6.174/1970, será regulamentada por Resolução.

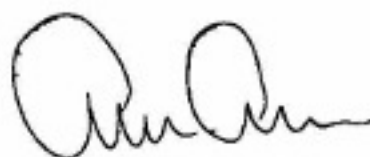
Art. 25. Fica assegurado, aos servidores estáveis ocupantes dos cargos de Auxiliar de Controle, portadores de diploma de curso superior, especialização, mestrado ou doutorado em área fim, definida no art. 8º, I, reconhecido pelo Ministério da Educação, o pagamento da verba de representação no percentual de 80% (oitenta por cento), calculado sobre o vencimento básico e incorporada para fins de aposentadoria, não compondo a base de cálculo dos adicionais por tempo de serviço, conforme previsto no art. 37, XIV, da Constituição Federal.

Art. 26. Os Anexos I, II, III e IV, da Lei nº 15.854/2008, com suas posteriores alterações, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III e IV, desta lei.

Art. 27. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correrão à conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2013, exceto para as nomeações dos cargos.

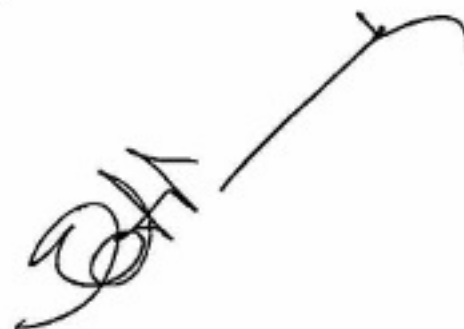
Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



- ANEXOS -

ANEXO I

Cargos Efetivos					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de cargos	Carreira Nível Superior	Código Nível/Referência	Nº de cargos	Carreira Nível superior	Código Nível/Referência
408	Analista de Controle	AC-F/01 a AC-I/11	470	Analista de Controle	AC-F/01 a AC-I/11
Nº de cargos	Carreira Nível Médio	Código Nível/Referência	Nº de cargos	Carreira Nível Médio	Código Nível/Referência
135	Técnico de Controle	TC-C/01 a TC-F/11	124	Técnico de Controle	TC-C/01 a TC-F/11
Nº de cargos	Carreira Nível Fundamental	Código Nível/Referência	Nº de cargos	Carreira Nível Fundamental	Código Nível/Referência
16	Auxiliar de Controle	Aux. C-B/01 a Aux. C-D/11	05	Auxiliar de Controle	Aux. C-B/01 a Aux. C-E/11
Cargos em extinção			Nº de cargos	Carreira	Nível/Referência
Nº de cargos	Carreira	Símbolo			
8	Consultor Jurídico	I/11	8	Consultor Jurídico	I/11
22	Consultor Técnico	I/11	22	Consultor Técnico	I/11
<u>TOTAL DE CARGOS EFETIVOS</u>			<u>TOTAL DE CARGOS EFETIVOS</u>		
589			629		
			Nº de Cargos de Analista de Controle após vagarem todos os cargos em transformação (art. 23): 629		

ANEXO II

Cargos em Comissão					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de Cargos	Nome	Símbolo	Nº de Cargos	Nome	Símbolo
01	Diretor Geral	DAS-1	01	Diretor Geral	DAS-1
01	Coordenador Geral	DAS-1	01	Coordenador Geral	DAS-1
01	Controlador Interno	DAS-2	01	Controlador Interno	DAS-2
10	Diretor	DAS-2	20	Diretor	DAS-2
06	Inspetor de Controle	DAS-2	06	Inspetor de Controle	DAS-2
			01	Secretário Geral do MPJTC	DAS-2
01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2	01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2	07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2
07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2	07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2
06	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2	06	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2
01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2	01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2
01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2	01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2
01	Assessor Parlamentar	DAS-2	01	Assessor Parlamentar	DAS-2
01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAS-2	01	Secretário do Tribunal Pleno	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2
01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2
01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2
			01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-3
06	Coordenador	DAS-3			
01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3	01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3
08	Assessor Jurídico	DAS-3	08	Assessor Jurídico	DAS-3
07	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3	14	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3
02	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3	01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3
02	Secretário de Câmara	DAS-3	02	Secretário de Câmara	DAS-3
01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4	01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4
07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4	07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4
			01	Ouvidor de Contas	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Auditoria	DAS-5	07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5
			07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5
			08	Assistente Jurídico do MPJTC	DAS-5
			06	Assessor Técnico de ICE	DAS-5
			01	Chefe de Cerimonial	DAS-5
07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C	07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C
07	Auxiliar de Controle Externo	1-C	07	Auxiliar de Controle Externo	1-C
01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C	01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C	01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C

* continuação ANEXO II...

06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C	06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C
01	Assessor de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	01	Assessor de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
01	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	01	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C	01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C
01	Chefe de Gabinete da Auditoria	1-C	01	Assistente de Gabinete da Presidência	1-C
07	Assistente Técnico de ICE	2-C	07	Assistente Técnico de ICE	2-C
07	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C	07	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C
06	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C	06	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C
02	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C	02	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C
01	Auxiliar de Diretoria	2-C	01	Auxiliar de Diretoria	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	2-C			
01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C
07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C	07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C
01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C	01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C
146			186		

ANEXO III

Da pontuação para a progressão funcional entre níveis	
Nível Superior	
Atividade	Pontuação
Cursos realizados pelo TCE-PR em área fim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões de cunho administrativo ou permanentes do TCE-PR ou em projetos	01 ponto por mês de exercício
Votos de louvor	05 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano;
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor	02 pontos por mês de exercício
Exercício na função de Diretor Adjunto, Coordenador, Gerente de Programa ou Gerente de unidade ou na Presidência de comissão permanente.	01 ponto por mês de exercício
Exercício na função de Gerente de projeto	01 ponto por mês de exercício
Ministrar cursos / palestras em nome do TCE-PR	0,5 pontos por hora de curso
Especialização em área fim ao TCE-PR	100 pontos por Especialização
Mestrado em área fim ao TCE-PR	250 pontos por Mestrado
Doutorado ou Pós-Doutorado em área fim ao TCE-PR	350 pontos por Doutorado ou Pós-Doutorado
Cursos externos ao TCE em área fim	05 pontos a cada 40 horas de curso
Curso de Graduação em área fim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Curso de Graduação em outras áreas	50 pontos por curso
Nível Médio	
Atividade	Pontuação
Cursos realizados pelo TCE-PR em área fim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões de cunho administrativo ou permanentes do TCE-PR ou em projetos	01 ponto por mês de exercício
Votos de louvor	05 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano;
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor.	02 pontos por mês de exercício
Exercício na função de Diretor Adjunto, Coordenador, Gerente de Programa ou Gerente de unidade ou na Presidência de comissão permanente.	01 ponto por mês de exercício
Exercício na função de Gerente de projeto	01 ponto por mês de exercício
Ministrar cursos / palestras em nome do TCE-PR	0,5 pontos por hora de curso
Especialização em área fim ao TCE-PR	100 pontos por Especialização
Cursos externos ao TCE em área fim	05 pontos a cada 40 horas de curso
Curso de Graduação em área fim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Curso de Graduação em outras áreas	50 pontos por curso

Nível Fundamental	
Atividade	Pontuação
Cursos realizados pelo TCE-PR em área fim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões no TCE-PR	05 pontos por comissão a cada ano
Votos de louvor	05 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano;
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor.	02 pontos por mês de exercício
Curso de Graduação em área fim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Cursos externos ao TCE em área fim	05 pontos a cada 40 horas de curso
* Por área fim entendem-se as áreas afetas ao controle externo ou apoio administrativo ao controle externo.	** Os pontos excedentes remanescem na ficha funcional do servidor.
*** mês de exercício ocorre em fração igual ou superior a 15 dias.	

ANEXO IV

Tabela de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão

Servidor Efetivo									RS 1,00
Referência Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	2.297,21	2.693,51	3.158,18	3.702,99	4.341,73	5.090,49	5.968,44	6.901,11	8.650,51
02	2.330,70	2.732,74	3.204,18	3.756,93	4.404,97	5.164,67	6.042,62	7.044,31	8.830,01
03	2.364,64	2.772,55	3.250,87	3.811,68	4.469,15	5.239,95	6.117,84	7.190,50	9.013,25
04	2.399,09	2.812,94	3.298,22	3.867,20	4.534,29	5.316,26	6.194,17	7.339,72	9.200,30
05	2.434,04	2.853,94	3.346,30	3.923,57	4.600,31	5.393,70	6.271,64	7.492,03	9.391,22
06	2.469,52	2.895,54	3.395,03	3.980,76	4.667,34	5.472,28	6.350,24	7.647,51	9.586,11
07	2.505,50	2.937,73	3.444,51	4.038,76	4.735,34	5.551,98	6.430,02	7.806,22	9.785,04
08	2.542,02	2.980,58	3.494,74	4.097,62	4.804,33	5.632,90	6.510,91	7.968,20	9.988,09
09	2.579,11	3.024,03	3.545,71	4.157,35	4.874,33	5.714,98	6.592,93	8.133,56	10.195,38
10	2.616,66	3.068,09	3.597,34	4.217,90	4.945,34	5.798,22	6.676,18	8.302,34	10.406,94
11	2.654,79	3.112,78	3.649,76	4.279,40	5.017,39	5.882,72	6.760,67	8.474,62	10.622,91

Servidor Comissionado							RS 1,00
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS ESPECIAIS	VENCIMENTO BÁSICO		REPRESENTAÇÃO DE GABINETE	TOTAL COM ENCARGOS ESPECIAIS	
		SERVIDOR COM E SEM VÍNCULO	SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO		SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO
DAS-1	-	6.760,67	165,35	826,80	1.259,89	8.185,91	8.847,36
DAS-2	Diretor/Controlador Inspetor/Secr. MP	5.968,44	145,93	729,69	1.107,60	7.221,97	7.805,73
DAS-2	-	5.882,72	145,93	729,69	1.107,60	7.136,25	7.720,01
DAS-3	-	5.472,28	136,02	680,07	1.032,24	6.640,54	7.184,59
DAS-4	-	4.735,34	116,30	581,54	882,66	5.734,30	6.199,54
DAS-5	-	4.341,73	106,38	531,88	807,27	5.255,38	5.680,88
1-C	-	2.693,51	68,65	343,21	201,71	2.963,87	3.238,43
2-C	-	2.693,51	63,40	317,00	186,29	2.943,20	3.196,80
3-C	-	2.693,51	58,53	292,61	171,95	2.923,99	3.158,07

ANEXO V
TABELA DE TEMPORALIDADE

(Tempo mínimo de exercício na carreira exigido para ocupar o Nível / Referência Salarial)

Cargo de Analista de Controle

Nível / Referência	Tempo Mínimo na Carreira (anos)
F / 01	Ingresso
F / 02	estágio / estabilid.
F / 03	estágio / estabilid.
F / 04	estágio / estabilid.
F / 05	estágio / estabilid.
F / 06	estágio / estabilid.
F / 07	estágio / estabilid.
F / 08	3,5
F / 09	4
F / 10	4,5
F / 11	5
G / 01	5,5
G / 02	6
G / 03	6,5
G / 04	7
G / 05	7,5
G / 06	8
G / 07	8,5
G / 08	9
G / 09	9,5
G / 10	10
G / 11	10,5
H / 01	11
H / 02	11,5
H / 03	12
H / 04	12,5
H / 05	13
H / 06	13,5
H / 07	14
H / 08	14,5
H / 09	15
H / 10	15,5
H / 11	16
I / 01	16,5
I / 02	17
I / 03	17,5
I / 04	18
I / 05	18,5
I / 06	19
I / 07	19,5
I / 08	20
I / 09	20,5
I / 10	21
I / 11	21,5

Cargo de Técnico de Controle

Nível / Referência	Tempo Mínimo na Carreira (anos)
C / 01	Ingresso
C / 02	estágio / estabilid.
C / 03	estágio / estabilid.
C / 04	estágio / estabilid.
C / 05	estágio / estabilid.
C / 06	estágio / estabilid.
C / 07	estágio / estabilid.
C / 08	3,5
C / 09	4
C / 10	4,5
C / 11	5
D / 01	5,5
D / 02	6
D / 03	6,5
D / 04	7
D / 05	7,5
D / 06	8
D / 07	8,5
D / 08	9
D / 09	9,5
D / 10	10
D / 11	10,5
E / 01	11
E / 02	11,5
E / 03	12
E / 04	12,5
E / 05	13
E / 06	13,5
E / 07	14
E / 08	14,5
E / 09	15
E / 10	15,5
E / 11	16
F / 01	16,5
F / 02	17
F / 03	17,5
F / 04	18
F / 05	18,5
F / 06	19
F / 07	19,5
F / 08	20
F / 09	20,5
F / 10	21
F / 11	21,5

Cargo de Auxiliar de Controle

Nível / Referência	Tempo Mínimo na Carreira (anos)
B / 01	Ingresso
B / 02	estágio / estabilid.
B / 03	estágio / estabilid.
B / 04	estágio / estabilid.
B / 05	estágio / estabilid.
B / 06	estágio / estabilid.
B / 07	estágio / estabilid.
B / 08	3,5
B / 09	4
B / 10	4,5
B / 11	5
C / 01	5,5
C / 02	6
C / 03	6,5
C / 04	7
C / 05	7,5
C / 06	8
C / 07	8,5
C / 08	9
C / 09	9,5
C / 10	10
C / 11	10,5
D / 01	11
D / 02	11,5
D / 03	12
D / 04	12,5
D / 05	13
D / 06	13,5
D / 07	14
D / 08	14,5
D / 09	15
D / 10	15,5
D / 11	16
E / 01	16,5
E / 02	17
E / 03	17,5
E / 04	18
E / 05	18,5
E / 06	19
E / 07	19,5
E / 08	20
E / 09	20,5
E / 10	21
E / 11	21,5

ANEXO VI

Tabelas de valores das Gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º

TABELA 01 - Gratificações de Função

<u>Qtde.</u>	<u>Função</u>	<u>Valor Mensal</u>
18	Adjunto	R\$ 3.917,60
06	Coordenador de Fiscalização	R\$ 3.917,60
117	Gerente de Unidade	R\$ 2.238,63
13	Coordenador de Gabinete	R\$ 2.238,63
02	Pregoeiro	R\$ 2.238,63

TABELA 02 - Gratificação pelo exercício de encargos especiais

<u>Atividade</u>	<u>Valor Mensal</u>
Núcleos / Plantão / Ger. Op.	R\$ 1.678,97
Art. 3º, III, a, b, c	R\$ 1.119,32

ANEXO VII

Gratificação por hora-aula

<u>Função</u>	<u>Valor Mensal</u>
Doutor	R\$ 152,33 / hora
Mestre	R\$ 138,48 / hora
Especialista	R\$ 124,63 / hora
Graduado	R\$ 110,78 / hora
Nível Médio	R\$ 96,93 / hora

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei propõe adequações na Lei nº 15.854/08, que instituiu o plano de cargos e carreiras dos servidores do Tribunal de Contas e o disciplinamento de dispositivos da Lei nº 6.174/70 - Estatuto dos Servidores Cíveis do Paraná, relativamente aos institutos das gratificações de função, pelo exercício de encargos especiais e pela realização de trabalho relevante, técnico ou científico. Igualmente, prevê novas ferramentas de gestão funcional e cria e transforma cargos efetivos e em comissão.

As adequações ora propostas decorrem, em grande parte, da implantação de novas atividades e estruturas no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal, oriundas da necessidade de aperfeiçoamento de sua estrutura de fiscalização e também a administrativa.

Das modificações no plano de cargos e carreiras dos servidores, essa proposta prevê o aperfeiçoamento nos processos de avaliação de desempenho e de progressão funcional, agregando maior clareza na definição das atribuições funcionais, mediante a instituição de critérios mais objetivos, assim como novos instrumentos, de modo a prover a administração de ferramentas que permitam acompanhar a evolução e o aprimoramento no exercício das atribuições dos servidores.

Ainda nesse contexto, propõe-se a previsão do cômputo do período aquisitivo da estabilidade, harmonizando tal prática com o adotado pelos demais quadros de cargos e carreiras do Estado. Isto resultará na redução do tempo mínimo para um servidor percorrer a carreira, dos atuais 23,5 anos, para 21,5 anos.

Outra adequação do plano de carreiras é a contagem efetiva do tempo na carreira atual do servidor para efeito de enquadramento, visto que, por questões de ordem orçamentária, houve um represamento daqueles servidores com excedente de tempo (§ 2º, do art. 15, da Lei nº 15.854/2008).

Da unificação dos cargos dentro de uma mesma carreira que possuíam o mesmo nível profissional, fixada nos termos da Lei nº 15.854/08, decorreram situações dissonantes entre remunerações de servidores sujeitos às mesmas atribuições, decorrentes exclusivamente da contagem do tempo na carreira, razão pela qual o presente projeto também propõe um ajuste no enquadramento disposto naquela lei, permitindo a contagem conjunta de tempo dos cargos de mesmo nível de escolaridade.

Também é proposta uma revisão das áreas necessárias ao exercício do controle externo, com vistas a uma maior profissionalização das atividades técnicas, como por exemplo, a participação de médicos nas auditorias relacionadas à área da saúde e de pedagogos na área da educação.

O último ponto que esse Projeto traz relativamente ao quadro de servidores, é a extensão da Verba de Representação à carreira de nível fundamental, como forma de estímulo ao estudo e ao aperfeiçoamento. O mesmo estímulo foi adotado para os servidores da carreira de nível médio e trouxe resultados positivos.

Com relação ao disciplinamento de dispositivos do Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado (Lei nº 6.174/70), esse Projeto traz, no âmbito do Tribunal de Contas, as gratificações de função, pelo exercício de encargos especiais e pela realização de trabalho relevante, técnico ou científico, previstas no art. 172.

A gratificação de função objetiva atribuir funções e responsabilidades no âmbito das unidades do Tribunal, o que permitirá uma melhor avaliação e gestão dos resultados, pois possibilitará a divisão das competências regimentais de cada unidade, entre tais funções.

Quanto à gratificação pelo exercício de encargos especiais, o objetivo é trazer uma melhor parametrização do permissivo legal contido no art. 172, VIII, do Estatuto dos Servidores, fixando as hipóteses de cabimento dentro de seu quadro, nas situações que demandam atividades diferenciadas, durante um período restrito de tempo, como é o caso do programa de fiscalização das obras para a Copa do Mundo, a realização de auditorias operacionais, o gerenciamento de programas e projetos, entre outros, desde que comprovadamente requeiram atividades mais complexas e com prazos curtos de execução, entre outros requisitos.

No tocante à gratificação pela realização de trabalho relevante, técnico ou científico, o objetivo é permitir que o Tribunal, através de seus servidores, consolide e amplie as atividades de capacitação e orientação continuada dos órgãos jurisdicionados e de seus próprios servidores, remunerando a hora-aula, a partir de parâmetros de aplicação fixados nesse Projeto e em Resolução específica.

Finalmente, o Projeto prevê a aplicação das regras de substituição dos cargos de direção na forma dos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/70.

O último ponto previsto nesse Projeto é a criação, transformação e extinção de cargos, que tem o propósito, trazer diversos avanços para a administração do Tribunal, permitindo ampliar, aperfeiçoar e profissionalizar a sua atuação, assim como organizar melhor suas atividades internas. Decorre do acréscimo substancial dos trabalhos demandados da própria sociedade, provocados pela sua própria atuação, na forma dos Planos Anuais de Fiscalização, e pela legislação recente que trata do acesso à informação e da transparência, com reflexos em suas áreas internas e em sua atuação externa.

Nesse sentido, prevê-se a transformação dos cargos de Coordenação em de Direção, visando uniformizar a estrutura administrativa do tribunal, passando sua composição ser feita apenas de Diretorias. As demais transformações de cargos são ajustes nas estruturas internas do Tribunal em face das melhorias trazidas por este Projeto de Lei.

Além disto, está sendo proposta a criação de cargos de direção para as áreas de controle de atos de pessoal, para a Escola de Gestão Pública, licitações e contratos e de informações estratégicas. As três primeiras atualmente correspondem a serviços há tempos instituídos, no entanto, carentes de estruturação formal. A última - de informações estratégicas - trata-se de uma inovação no âmbito do Tribunal. Será responsável pela geração de informações de controle externo, além de possibilitar a integração com os demais serviços correlatos no âmbito do aparelhamento estatal da União e dos Estados.

Da mesma forma, cria o cargo de Ouvidor de Contas, necessidade advinda com a Lei Orgânica de 2005. As demais propostas de criação e extinção de cargos em comissão buscam respaldar as atividades dos membros deste Tribunal, decorrente do acréscimo de suas atribuições.

Paralelamente propõe-se a criação de novos cargos efetivos de nível superior e transforma os cargos de nível médio, fundamental e os demais cargos em extinção, em cargos de analista de controle, na medida em que vagarem. Tal opção encontra amparo na premência pela ampliação do quadro de servidores de nível superior, em face do incremento das atividades de controle externo e das crescentes inovações no âmbito da administração pública, bem como no uso ostensivo de ferramentas de informática, que, em contrapartida, reduzem a necessidade de pessoal com menor qualificação profissional.

A presente proposta, se convertida em Lei, balizará relevantes modificações na atuação do Tribunal, criando mecanismos que o preparará para enfrentar as crescentes exigências sociais e legais.

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI N.º ¹⁵⁴ /2012

Súmula: Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Art. 1.º Fica autorizada a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo único desta Lei, nos Municípios correspondentes, no Estado do Paraná.

Art. 2.º As construções das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo único desta Lei estão sujeitas ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 29 de março de 2012
OF CEE/G 076/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 ABR. 2012

1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente

II – A D L para providências.

Em, 23/03/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza a construção, no Estado do Paraná, das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

MENSAGEM N.º 12/12

Curitiba, 29 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza a construção, no Estado do Paraná, das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Inicialmente, salienta-se que o presente Anteprojeto de Lei busca dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, que assim dispõe:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.

Ainda, cumpre informar que as Pequenas Centrais Hidrelétricas, que se pretende dar autorização para construção, estão devidamente licenciadas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

thph/Protocolo n.º 07.948.570-5



GOVERNO DO PARANÁ

PCH'S PARA EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

EMPREENHIMENTO	BACIA	POTÊNCIA	MUNICÍPIOS	EMPREENDEDORES	PROTOCOLO	LICENÇA
PCH das Almas	Ribeira	6,4	Doutor Ulysses e Cerro Azul	RDR Energia Ltda	7.245.098-1	29.065
PCH Ribeirão Bonito	Ribeira	6,1	Doutor Ulysses e Cerro Azul	RDR Energia Ltda	7.245.360-3	29.063
PCH Cachoeira Brava	Ribeira	4	Cerro Azul e Dr. Ulysses	RDR Energia Ltda	5.230.444-0	29.064
PCH Cantu 1	Piquiri	15	Nova Cantu, Laranjal e Allamira do Paraná	BRENNAND energia	7.779.495-6	29.066
PCH Cantu 3	Piquiri	7	Mato Rico e Palmital	BRENNAND energia	7.779.496-4	29.068

D. L.
Fls. 05
JF



GOVERNO DO PARANÁ

PCH Cantu 2	Cantu	Piquiri	18	Nova Cantu, Laranjal, Palmital e Roncador	Plena Energia	5.229.116-0	29.067
CGH Enxadrista	Das Pedras	Paraná	1	Guarapuava	ENERGÉTICA RIO DAS PEDRAS LTDA	7.867.123-8	29.062
CGH São Francisco de Sales	São Francisco	Paraná	1	Clevelândia	Usina Hidrelétrica São Francisco de Sales Ltda	7.906.141-7	29.061
PCH Confluência	Marrecas	Ivaí	19,5	Prudentópolis e Turvo	Confluência Energia	7.373.447-9	29.240
PCH'S PARA EMISSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO							
PCH Rio Bandeirantes do Norte	Bandeirantes do Norte	Pirapó	4,2	Santa Fé	Santa Fé Energética Ltda	7.702.519-7	13.479



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 154/12

Projeto de Lei nº 154/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 12/12

Súmula: Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

EMENTA: AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DAS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCHS. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Concedido vista.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro

Em 23/03/12
Tadeu Inácio Gonçalves
Dandu
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Entende-se por Pequena Central Hidrelétrica **PCH** - **Pequena Central Hidrelétrica** - toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até 30MW (trinta megawatts) e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km² (300 ha), nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:

b. PCH - Pequena Central Hidrelétrica - é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até 30MW (trinta megawatts) e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km² (300 ha), ou assim definidas pela ANEEL, conforme Resolução nº 652 de 09 de dezembro de 2003. (grifo nosso)

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Pequena Central Hidrelétrica - PCH necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:

Art. 9º Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA - CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH, com potência instalada de até 10 MW, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI

- a) Cadastro de Obras Diversas - COD;
- b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;
- c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no caso de PCH;
- d) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais - RDPA;
- e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
- g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente; (grifos nossos)

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,

de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 154/2012

Projeto de Lei nº 154/2012 – Mensagem nº 12/12
Autor: Poder Executivo

Súmula: Autoriza a construção das pequenas centrais hidrelétricas – PCHs.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 154/2012, de autoria do Poder Executivo autoriza a construção de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs, em municípios no Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 154/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, a qual observa a necessidade de um projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa para a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas. Este projeto traz ainda os protocolos de licenciamento solicitados ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), vindo de encontro à necessidade e ao interesse da população, já que desta forma consegue-se dar subsídio em infraestrutura para as comunidades locais, com um tipo de energia mais barata e menos agressiva ao meio ambiente do que em casos como a utilização de petróleo ou carvão.

Cumpra a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal projeto apresentado. O **Projeto de Lei 154/12** em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos no que se refere ao seu mérito para seguir sua tramitação.



III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevamos o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum. *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"* (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).


O presente projeto de lei visa dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, uma relação dos poderes do Estado em benefício único e exclusivo da população.


IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais já analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta trará grandes benefícios aos moradores das localidades citadas, não encontrando óbices em seu mérito.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 154/2012**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Sala das Comissões em 14 de Maio de 2012


MARCELO RANGEL
Presidente da Comissão


Adelino Ribeiro
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
17ª Legislatura – 1ª e 2ª Sessões Legislativas

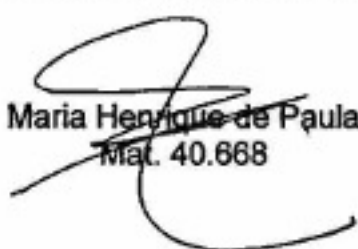


Diretoria Legislativa


Senhor Diretor,

Informo que o Projeto de Lei nº 154/2012, de autoria do PODER EXECUTIVO – Mensagem nº 012/2012, recebeu pareceres favoráveis nas Comissões de Constituição e Justiça – CCJ, Comissões de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, e encontra-se em condições de prosseguir na sua tramitação.

Diretoria Legislativa, em 22 de maio de 2012.


Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

1. Ciente;
2. Encaminhe-se à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente - CEMA.


Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Parecer ao Projeto de Lei nº 154/2012.

Súmula: Projeto de Lei nº 154/2012 –
Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs.

Trata-se de Projeto de Lei que autoriza a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, beneficiando comunidades locais com o fornecimento de energia.

Ressalta-se que o referido Projeto de lei já recebeu pareceres favoráveis tanto da Comissão de Constituição e Justiça, quanto da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, conforme documentos anexados ao processo.

Verifica-se, ainda, que o Projeto de Lei em tela tem por objetivo a concessão de autorização para a construção de 10 (dez) PCHs, sendo que 9 (nove) delas encontram-se com Licença Prévia junto ao IAP e uma já se encontra com a Licença de Instalação.

No que tange a competência regimental desta Comissão, para a elaboração de um parecer adequado e consistente, é necessário que, antes, seja avaliado o real impacto ambiental referente às PCHs, visto que não pode ser verificado e constatado de pronto. Para tanto, é indispensável a remessa do presente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, para o fornecimento de documentos e resposta à algumas questões, ambos listados abaixo, bem como outras considerações que entender serem necessárias.

Documentos:

1. Apresentação de estudo e avaliação estratégica da bacia hidrográfica de cada rio aprovado pelo IAP;
2. Cópia dos convênios com os municípios sobre as áreas afetadas;
3. Apresentar Registro na ANEEL de cada Projeto Básico desenvolvido;

Levantamentos:

1. Qual a situação atual da análise do Plano Básico por parte da Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH da ANEEL?

7

Ch

U



2. Quais foram os dados levantados para elaboração dos estudos básicos de cada PCH? Houve interação com a ANEEL, paralelamente à elaboração do EIA/RIMA, em relação aos itens abaixo?

- 2.1 - Estudo energético de cada PCH;
- 2.2 - Estudos ambientais;
- 2.3 - Negociação com os proprietários onde serão Instaladas as PCHs;
- 2.4 - Estudos de interligação;
- 2.5 - Detalhamento do projeto;

3. Qual o potencial de cada PCH proposta?

4. Quais são as PCHs cuja geração de energia é para consumo próprio ou para venda ao sistema energético brasileiro?

☐ 4. Com o orçamento apresentado fica provado, em cada investimento, a viabilidade sócio-ambiental?

5. Quais os Termos de Referência Ambiental definida para cada uma das PCHs?

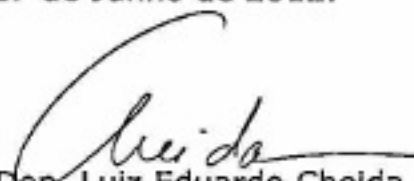
6. Em que data foi solicitada a Licença Prévia ao IAP e qual a de sua emissão, para cada empreendimento?


7. Há demandas judiciais, especialmente ações civis públicas em curso ou procedimento investigatório pelo Ministério Público, contra a construção de alguma PCH relacionada no anexo do Projeto de Lei?

Atendidas as diligências, retorne-se para a emissão dos pareceres desta Comissão,

☐ Cordialmente

Sala das comissões, 27 de Junho de 2012.


Dep. Luiz Eduardo Cheida
Relator


Dep. Rasca Rodrigues
Presidente em exercício






Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

36



PARECER

Projeto de Lei nº 154/2012

Autor: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre a
autorização para a Construção de
Pequenas Centrais Hidrelétricas -
PCH'S.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo do Estado do Paraná, dispõe sobre a autorização para a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH'S, nos Municípios que especifica, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, há que se ressaltar a competência da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, em consonância ao disposto no artigo 33 - K, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos seguintes termos:

Art.33- K Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas pretendam dispor sobre a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

Pois bem, o Projeto em análise prevê a autorização para construção de 10 (dez) Pequenas Centrais Hidrelétricas que implicam em alteração do curso natural dos rios do Paraná, além de causar o impacto da flora e da fauna locais.

Em que pese, a necessidade da geração energia para o desenvolvimento econômico, premente são as condições de preservação e proteção do meio ambiente, especialmente da água, recurso escasso em todo o planeta.

Cumprir dizer que a Constituição da República do Brasil, cuidou das questões do Meio Ambiente, em capítulo próprio, nos seguintes termos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

○ IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

○ VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



39
H

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

○ § 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Da mesma forma, a Constituição do Paraná também se ateve ao tema:

○ **Art. 207.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º. Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

I - estabelecer, com a colaboração de representantes de entidades ecológicas, de trabalhadores, de empresários e das universidades, a política estadual do meio ambiente e instituir o sistema respectivo constituído pelos órgãos do Estado, dos Municípios e do Ministério Público;



20

II - atribuir, ao órgão responsável pela coordenação do sistema, a execução e fiscalização da política e a gerência do fundo estadual do meio ambiente;

III - determinar que o fundo estadual do meio ambiente receba, além dos recursos orçamentários próprios, o produto das multas por infrações às normas ambientais;

IV - instituir as áreas a serem abrangidas por zoneamento ecológico, prevendo as formas de utilização dos recursos naturais e a destinação de áreas de preservação ambiental e de proteção de ecossistemas essenciais;

V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade; (grifo nosso)

VI - exigir a análise de risco para o desenvolvimento de pesquisas, difusão e implantação de tecnologia potencialmente perigosa;

VII - determinar àquele que explorar recursos minerais a obrigação de recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente;

VIII - regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares;

IX - informar à população sobre os níveis de poluição e situações de risco e desequilíbrio ecológico;

k



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de acordos, convênios e consórcios, em especial para a reciclagem de resíduos;

XII - promover o controle, especialmente preventivo, das cheias, da erosão urbana, periurbana e rural e a orientação para o uso do solo;

XIII - autorizar a exploração dos remanescentes de florestas nativas do Estado somente através de técnicas de manejo, excetuadas as áreas de preservação permanente;

XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade;

XV - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação;

XVI - monitorar atividades utilizadoras de tecnologia nuclear em quaisquer de suas formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

XVII - estabelecer aos que, de qualquer forma utilizem economicamente matéria-prima florestal, a obrigatoriedade, direta ou indireta, de sua reposição;



22

XVIII - incentivar as atividades privadas de conservação ambiental;

XIX - declarar, como área de preservação permanente, o remanescente das matas ciliares dos mananciais de bacias hidrográficas que abastecem os centros urbanos.

§ 2º. As condutas e atividades poluidoras ou consideradas lesivas ao meio ambiente, na forma da lei, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas:

I - a obrigação de, além de outras sanções cabíveis, reparar os danos causados;

II - a medidas definidas em relação aos resíduos por elas produzidos;

III - a cumprir diretrizes estabelecidas por órgão competente.

§ 3º. As empresas que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras, ou atividades que provoquem outras formas de degradação ao meio ambiente de impacto significativo, deverão por ocasião do registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial, bem como, quando da criação de novas filiais ou novos empreendimentos, apresentar a licença ambiental emitida pelo órgão competente. (grifo nosso)
(Incluído pela Emenda Constitucional 12 de 10/12/2001)

§ 4º. A lei disporá especificamente sobre a reposição das matas ciliares.
(Renumerado pela Emenda Constitucional 12 de 10/12/2001)

§ 5º. É vedado o fornecimento de "habite-se", por parte dos Municípios:
(Incluído pela Emenda Constitucional 18 de 08/11/2006)



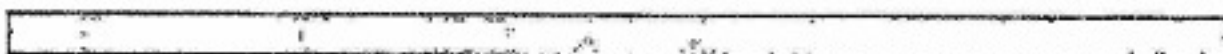
13

I - sem a comprovação de existência de fossa séptica para os imóveis não assistidos por rede coletora de esgoto;
(Incluído pela Emenda Constitucional 18 de 08/11/2006)

II - sem a certificação da responsável pela rede de coleta e afastamento de esgotos sanitários domésticos, da ligação direta na rede coletora, quando esta existir.
(Incluído pela Emenda Constitucional 18 de 08/11/2006)

Art. 208. São indisponíveis as terras devolutas ou as arrecadadas pelo Estado, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Desta feita, o projeto de lei carece de informações exigidas pela Constituição Federal e pela Constituição do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, desta Assembleia Legislativa, através do Parecer de fls. 15/19, destes autos de protocolo 1981/12- DAP, citou a Resolução Conjunta SEMA/IAP Nº 09/2010, que assevera quais os requisitos para a instalação de PCH'S. Vejamos as exigências da Resolução, contida 9º:



- a) Cadastro de Obras Diversas – COD;
- b) Registro do empreendimento, emitido pela ANEEL, no caso de CGH;
- c) Despacho da ANEEL aprovando os Estudos de Inventário Hidrelétrico no caso de PCH;
- d) Despacho da ANEEL contendo o aceite ou autorização do Projeto Básico para análise, no caso de PCH;
- e) Relatório Ambiental Simplificado – RAS;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de outorga prévia dos recursos hídricos ao órgão competente.

Entretanto, a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, não se ateve no cerne das exigências da **Licença Prévia**, que é o passo inicial e crucial para o processo de licenciamento.

Note-se que a CCJ ateve-se ao segundo passo, que seria a **licença de instalação**, esquecendo-se das exigências para o **licenciamento prévio**, que estão na Resolução nº 009/2010 da SEMA/IAP. Vejamos:

- a) Requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
- b) Memorial Descritivo do Empreendimento;



205

c) Anuência Prévia do Município em relação ao empreendimento, declarando

expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto na

Resolução CEMA nº 065/2008;

d) Prova de publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação

regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

e) Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental de acordo com as Tabela I (procedimentos administrativos) e Tabela III (análise técnica dos estudos) da Lei Estadual nº 10.233/92;

f) Apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.

Dadas todas essas referências de legislação citadas, a Comissão de Meio Ambiente, solicitou em 04 de julho de 2012, informações à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, através dos autos de protocolo 11.514.519-3, para melhor instruir o Parecer da Comissão, contendo o seguinte:



1 - Apresentação de estudo e avaliação estratégica da bacia hidrográfica de cada rio, aprovado pelo IAP? Quando se deu o início dos estudos?

2 - Cópia dos convênios, com as respectivas anuências, dos municípios, sobre as áreas afetadas;

3 - Qual o potencial de cada PCH proposta? Qual a avaliação da viabilidade?

4 - Quais são as PCHs cuja geração de energia é para consumo próprio ou para venda ao sistema energético brasileiro?

5 - Qual o orçamento estimado de cada PCH? Após a apresentação do orçamento, ficou provado, a viabilidade econômica, ambiental e social de cada empreendimento?

6 - Apresentar Registro na ANEEL de cada projeto básico desenvolvido;

7 - Quais foram os dados levantados para elaboração dos estudos básicos de cada PCH? Houve interação com a ANEEL, paralelamente a elaboração do EIA/RIMA, em relação aos seguintes itens?

7.1 - Estudo energético de cada PCH;

7.2 - Estudos ambientais;

7.3 - Negociação com os proprietários onde serão instaladas as PCHs;

7.4 - Estudos de interligação;

7.5 - Detalhamento do projeto;

8 - Quais os Termos de Referência Ambiental definida para cada uma das PCHs?



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



9 - Fornecimento de cópia dos estudos dos impactos ambientais e das audiências públicas realizadas em cada um dos municípios impactados;

10 - Em que data foi solicitada a Licença Prévia ao IAP e qual a da emissão da mesma, para cada empreendimento?

11 - Se há demandas judiciais, especialmente ações civis públicas em curso ou procedimento investigatório pelo Ministério Público, contra a construção de alguma PCH relacionada no anexo do projeto de lei?

As informações de autoria da Chefia de Gabinete do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, foram enviadas pela SEMA, com data de 09 de novembro passado ao Deputado Rasca Rodrigues.

Este relator tomou conhecimento das respostas por intermédio de e-mail enviado pela SEMA somente no dia 20/11/2012.

Após análise das respostas, constatou-se que estas não são esclarecedoras, inespecíficas, imprecisas e contraditórias, além de que, sugerem a esta Casa de Leis que em caso de dúvida, acesse determinados sites, tais como, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, ANEEL e Ministério Público.

A afirmativa de que as respostas enviadas pela SEMA **não são esclarecedoras**, ao ponto de meramente sugerir consulta a sites.

As respostas **não específicas**, visto que CEMA, pontuou as questões que necessitava para exarar Parecer e não foi entregue que nenhum documento oficial e comprobatório



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



instruiu o Projeto de Lei, além de que não como há como aferir sua autenticidade.


As respostas da SEMA/IAP **são contraditórias**, como por exemplo, a CEMA questionou a viabilidade sócio-ambiental de cada empreendimento, a informação diz "a questão não diz respeito ao IAP e sim à ANEEL não sendo fator determinante ao licenciamento. Todavia, quando perguntado sobre quais os termos de referência ambiental para cada PCH, a informação da SEMA/IAP, diz "todas as questões de natureza sócio-ambiental foram avaliadas nos dados e estudos apresentados".

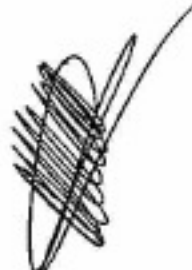



Assim sendo, por absoluta desobediência as Constituições do Brasil e do Paraná, das legislações infra constitucionais, por falta de documentação comprobatória que assegurem a proteção ambiental, este Relator é **contrário** à autorização para a construção da PCH'S, até que se demonstre o cumprimento das exigências das leis e normas ambientais.

Cumprir dizer que, além da responsabilidade da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente com a proteção ambiental e com a população do Paraná, há entendimentos jurídicos, sentenças e doutrina, imputando aos parlamentares responsabilidade civil por ato do Poder Legislativo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 2012


DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 154/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 012/12 que objetiva autorizar a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, nos municípios que especifica, no âmbito do Estado do Paraná.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente **parecer favorável**. Ato Continuo a matéria foi encaminhada à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e após sua análise emitiu o devido **parecer favorável**. Já a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente por meio de seu relator Deputado Luiz Eduardo Cheida exarou o devido **parecer contrário**.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, constatamos que o Poder Executivo detém a competência para iniciar propostas dessa natureza.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 65, ressalta que o Poder Executivo detém a competência para propor tal Projeto de Lei. Já o art. 209 do mesmo Diploma Legal determina que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas depende da aprovação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Vale ressaltar que, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário, tendo em vista que não será aplicado dinheiro público na construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 27/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR

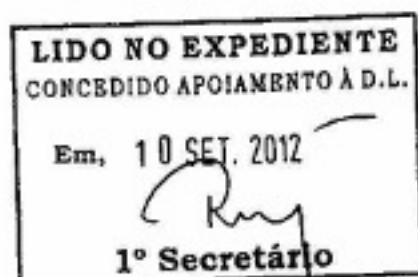

DEPUTADO JOÃO INÁCIO


DEPUTADO JOÃO INÁCIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº

474/12


Súmula: Institui a Semana Estadual de Combate às Formigas Cortadeiras, a ser promovida no Estado do Paraná na segunda semana de julho.

Art. 1º - Institui a Semana Estadual de Combate às Formigas Cortadeiras, a ser promovida no Estado do Paraná na segunda semana de julho.

Art. 2º - Fica a critério do Poder Executivo regulamentar campanhas de esclarecimentos e informações visando a prevenção.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2012.


Deputado FERNANDO SCANAVACA
Líder do PDT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir a Semana Estadual de Combate às Formigas Cortadeiras, a ser promovida no Estado do Paraná na segunda semana de julho.

Trata-se de providência fundamental para a agricultura paranaense, pois esses insetos contribuem de forma significativa na redução dos níveis de produtividade das lavouras e de reflorestamentos, provocando grandes perdas econômicas e de renda, sobretudo de agricultores médios e pequenos.

A iniciativa deste projeto se deve aos resultados da Campanha Regional de Combate às Formigas Cortadeiras, que foi lançada no dia 29 de junho deste ano, na sede da Sociedade Rural de Umuarama, considerando de fundamental importância o cumprimento da Resolução 123/87 e Lei Estadual 11.200/95.



Deputado **FERNANDO SCANAVACA**
Líder do PDT



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 471/12

Projeto de Lei nº 471/12

Autor: Deputado Estadual Fernando
Scanavacca

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, possui como finalidade instituir a "Semana Estadual de Combate às Formigas Cortadeiras", a ser promovida na segunda semana de julho. Tratando-se de providência fundamental para a agricultura paranaense, pois esses insetos contribuem de forma significativa na redução dos níveis de produtividade das lavouras e de reflorestamentos, provocando grandes perdas econômicas e de renda, sobretudo de agricultores médios e pequenos.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislares concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência de o Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

No que tange ao objeto aludido na ora preposição, imperioso mencionar nesta análise, a redação dada pelo artigo 154 da Constituição Estadual, o qual dispõe sobre a política agrícola estadual e o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais, conforme abaixo se denota:

Art. 154. A política agrícola estadual será planejada e executada, na forma da lei, com a participação paritária e efetiva dos produtores e trabalhadores rurais, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, cabendo ao Estado:

... - a orientação, assistência técnica e extensão rural;

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

~~APROVADO~~

unanimous 06.12.12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 589/12

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – FEMOCLAM.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono o seguinte lei:

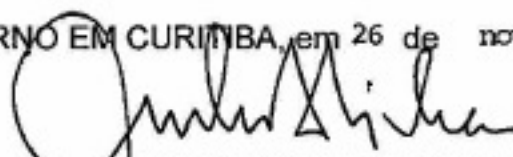
Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso à Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – FEMOCLAM, do imóvel constituído pelo Lote nº 16, com área total de 390,00 m², conforme descrito na Transcrição nº 5.083, da 8ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pela Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – FEMOCLAM, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º. A presente cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 26 de novembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente



MENSAGEM
Nº 080 /2012

Curitiba, 26 de novembro de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV. 2012

Manoel
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso à Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – FEMOCLAM, do imóvel constituído pelo Lote nº 16, com área total de 390,00 m², situado nesta Capital, conforme descrito na Transcrição nº 5.083, da 8ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A presente proposta consulta aos interesses públicos eis que, no referido imóvel, a Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – FEMOCLAM construirá sua sede própria.

Importante ressaltar que a FEMOCLAM representa, atualmente, aproximadamente 1.400 entidades junto aos poderes públicos, lutando pelas condições sociais, econômicas e assistenciais, promovendo o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem estar das comunidades, colaborando, consequentemente, com os poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas e pleiteando as respectivas soluções.

Vale ressaltar ainda que, no texto do Anteprojeto de Lei que ora encaminho à aprovação dessa Assembleia Legislativa, constam dispositivos expressos no sentido de que o referido imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado exclusivamente pela FEMOCLAM, retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa e que a cessão de uso terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.543.624-4

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 589/12

Projeto de Lei nº 589/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.080/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana - FEMOCLAM.

EMENTA: CESSÃO DE IMÓVEL À FEDERAÇÃO COMUNITÁRIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - FEMOCLAM. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 080/2012, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – FEMOCLAM, a qual construirá sua sede própria.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao
Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral
de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na
Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser
objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e
mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de
direito público interno, órgão ou fundação de sua
administração indireta ou entidade de assistência
social sem fins lucrativos, declarada de utilidade
pública, ou para fins de assentamentos de caráter
social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra,
pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida
a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo
dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação,
pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo
incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe
sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes
casos:

I – De bens imóveis para:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

A jurista Hely Lopes Meirelles leciona que "a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente”¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

APROVADO

unânime 27.11.12

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed., p. 529.



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 589/2012

Projeto de Lei nº 589/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 80/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel à Federação comunitária das associações de moradores de Curitiba e Região Metropolitana - FEMOCLAM.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 589/12, de autoria do Poder Executivo, autoriza a efetuar a cessão de uso do imóvel à Federação comunitária das associações de moradores de Curitiba e Região Metropolitana, do imóvel constituído pelo Lote nº 16, com área total de 390,00 m², situado nesta Capital, conforme descrito na Transcrição nº 5.083, da 8ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 589/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva autorizar o Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel supracitado à federação comunitária das associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana - FEMOCLAM. A entidade representa hoje aproximadamente 1400 entidades junto aos poderes públicos, lutando pelas condições sociais, econômicas e assistenciais, promovendo o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem estas das comunidades.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no Art. 33- F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para que possa seguir sua tramitação.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio da desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população, é um trabalho pelo bem comum que após esta análise realizada, passa a ter apoio dos membros desta comissão.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão. O Município de Curitiba e Região Metropolitana, estarão apenas ganhando com esta proposição, permitindo com que famílias de baixa renda tenham a oportunidade através dos trabalhos sociais realizados pela FEMOCLAM.

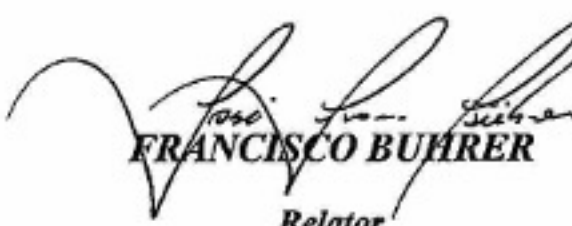
Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 582/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 03 de dezembro de 2012.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


FRANCISCO BUHRER

Relator


Admiv Biev


Admiv Biev